

**PROCESSO** - A.I. Nº 269200.0105/02-4  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - CIMENTO BRUMADO S/A  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4º JJF nº 0175-04-03  
**ORIGEM** - INFAZ FEIRA DE SANTANA  
**INTERNET** - 30.07.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0399-11/03

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** REFERENTE A LANÇAMENTO DE DOCUMENTO FISCAL EM DUPLICIDADE. Infração não caracterizada. **b)** SEM A APRESENTAÇÃO DO COMPETENTE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO CRÉDITO. Quando da impugnação ao lançamento, o autuado apresentou parte dos documentos comprobatórios do direito ao crédito fiscal. Efetuada a correção no cálculo do imposto. Infração parcialmente caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício apresentado pela 4ª JJF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, ao Acórdão JJF nº 0175-04/03.

O Auto de Infração, lavrado em 23/09/2002, exige ICMS no valor de R\$94.359,00, em razão das seguintes irregularidades:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, referente a lançamento de documento fiscal em duplicidade;
2. Como nos termos do item anterior, sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito.

O relator do PAF, após afastar a nulidade suscitada pelo autuado, prolatou o seguinte voto:

*“Adentrando no mérito da autuação e após analisar os documentos que instruem o PAF, o meu posicionamento a respeito das infrações é o seguinte:*

*Infração 1 – Diz respeito a utilização indevida de crédito fiscal do ICMS, em decorrência de lançamento em duplicidade da Nota Fiscal.*

*Como prova da infração, foi juntada aos autos à fl. 99, a xerocópia do livro Registro de Entradas do autuado, onde, segundo o autuante, consta o lançamento em duplicidade Nota Fiscal nº 70499, com ICMS no valor de R\$289,74.*

*Ao compulsar a folha cima do Registro de Entradas, constatou este Relator que o autuante incorreu em erro ao consignar no demonstrativo de fl. 15 o número da Nota Fiscal como sendo 70499, quando o correto é 18683, cuja nota não foi lançada em duplicidade, conforme consta na acusação fiscal. Desse modo, a exigência fiscal não*

*prospera, devendo o imposto exigido ser excluído da autuação, pois indevida a sua cobrança.*

*Infração 2 - Reporta-se também a utilização indevida de crédito fiscal do ICMS, tendo em vista a não apresentação pelo autuado da documentação comprobatória do direito ao referido crédito.*

*Sobre a autuação, entendo razão assistir parcialmente ao autuado, uma vez que quando da impugnação ao lançamento fiscal foi apresentada a quase totalidade dos documentos fiscais, fato que foi acatado em parte pelo autuante quando prestou a sua informação fiscal, remanescendo, no entanto, os créditos fiscais indevidos no valor de R\$6.493,70, conforme demonstrativo às fls. 391 a 392, pelos seguintes motivos:*

*I - De acordo com os demonstrativos acima, dos quais foram entregues cópias ao autuado, não foram apresentadas pela empresa os documentos fiscais de nos. 7549, 2110, 24182 e 271298, cujos créditos fiscais do ICMS neles destacados totalizam a importância de R\$284,00. Ao se manifestar em sua nova defesa, fls. 506 a 513 dos autos, o autuado anexou os documentos de fls. 514 a 619, que não dizem respeito aos acima citados, restando comprovada a infração, por infringir o disposto no art. 91, do RICMS/97;*

*II – Com referência ao valor de R\$6.209,70, cabe-me prestar os seguintes esclarecimentos:*

*a) Embora o autuante quando prestou a sua informação fiscal de fls. 388 a 390 tenha acatado parcialmente os documentos comprobatórios do direito ao crédito, o mesmo após analisar os referidos documentos, constatou que uma parcela deles referem-se a operações de transferências de mercadorias com cláusula CIF, cujo frete foi assumido pelo remetente. Segundo o autuante, nessa situação, o autuado não tem direito ao crédito do ICMS referente aos respectivos serviços de transporte, oportunidade em que listou às fls. 391 e 392 os documentos fiscais com os respectivos créditos utilizados indevidamente pela empresa;*

*b) Considero que apesar da alteração acima, o fulcro da autuação continua sendo o mesmo, ou seja, utilização indevida de crédito fiscal.*

*Prestadas as informações acima e para melhor compreensão da infração, entendo oportuno reproduzir a legislação do ICMS sobre o assunto, no tocante aos créditos fiscais sobre fretes com cláusula CIF, o qual está disciplinado no art. 95, do RICMS/97, que tem a seguinte redação:*

*“Art. 95 – Nas operações com cláusula CIF (art. 646), a utilização do crédito fiscal pelo estabelecimento comercial ou industrial, relativamente ao imposto cobrado sobre o serviço de transportes, será feita com observância das seguintes regras:*

*I – tratando-se de operação tributada, sendo o transporte efetuado:*

*a) ...*

*c) por empresa transportadora, o ICMS destacado no Conhecimento de Transporte constituiu crédito fiscal do estabelecimento vendedor ou remetente, se for contribuinte do imposto, vedada a sua utilização, como crédito fiscal, por parte do destinatário.”*

*Ao examinar os conhecimentos de transportes anexados aos autos pelo autuante, constatei, por amostragem, que nos de fls. 401, 403, 405, 409, 467, 471, 473, 475, 479, 481, 483, 485, 487 e 489, constam no campo observações, que o frete será por conta do remetente, o*

*que cai por terra o argumento defensivo, segundo o qual mesmo teria sido assumido pela empresa.*

*Com base no dispositivo acima, considero parcialmente correta a exigência fiscal no valor de R\$6.209,70, pois o crédito fiscal destacado nos Conhecimentos de Transportes somente poderia ser apropriado pelo remetente das mercadorias.*

*Sobre a declaração de fl. 619 anexada pelo autuado em sua defesa, em que foi afirmado que os créditos fiscais não foram apropriados pelo remetente, entendo que o seu conteúdo vai de encontro ao que está consignado nos conhecimentos de transportes, ou seja, a de que o frete será por conta do mesmo, razão pela qual não acato o argumento defensivo.*

*Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração na importância de R\$6.493,70, conforme demonstrativo às fls. 631, com a exclusão da parcela de R\$289,74, tendo como data de ocorrência o dia 30/04/99, pelo fato deste valor referir-se a infração 1, não caracterizada.”*

## VOTO

Corroboro, integralmente, com o pensamento dos membros da 4ª JJF, pois está sobejamente comprovado que não houve o creditamento em duplicidade da Nota Fiscal nº 186.823, objeto da infração 1, julgada Improcedente, e os documentos fiscais que lastram o crédito fiscal exigido na infração 2 foram parcialmente apresentados, o que levou o autuante a acatar as razões defensivas, e somente estas parcelas foram excluídas pelo Julgamento recorrido.

Desta forma, concluo que foi correto o entendimento manifestado no julgamento de 1ª Instância, ora em reexame, que não carece de qualquer ressalva, e o meu voto, portanto, é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício apresentado, para homologar a Decisão recorrida.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269200.0105/02-4**, lavrado contra **CIMENTO BRUMADO S/A**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.493,70**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de julho de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS